

Para uma historiografia sobre a Questão da Ilha da Trindade (1895-1896)

Carlos Luis Marques Castanheira da Cruz

Historiador e professor, dedica-se à pesquisa em História das Fortificações, mantendo homepage sobre fortificações do Brasil desde 1999. Colaborou no Projeto do CD-Rom "Anhatomirim e centenas de outras fortificações no Brasil e no mundo", da UFSC (2001). Concluiu o Mestrado em História (Linha de Política e Relações Internacionais) em 2005 na UERJ.

“Considera-se também como do Brasil a Ilha da Trindade e adjacentes ilhotas de Martin Vaz. (...) As fontes de água potável que existiam em outro tempo parece que têm secado; as árvores que então cobriam as partes mais elevadas da ilha morreram. Não tem bom porto, e é desabitada; não existem a respeito dela dados fidedignos colhidos nestes últimos tempos.”¹

RESUMO

Na linha de estudos sobre História Política, o presente trabalho tem por finalidade apresentar elementos sobre uma revisão historiográfica sobre a *Questão da Ilha da Trindade* (1895-1896), em um duplo aspecto, em História do Brasil e em História das Relações Internacionais do Brasil. Enfoca aspectos historiográficos teóricos sobre a matéria, procedendo a uma panorâmica sobre os arquivos e respectivas fontes essenciais a uma análise historiográfica, assim como refere aspectos pouco explorados ou relegados a segundo plano por uma historiografia clássica. Complementarmente são apresentadas notas explicativas e uma bibliografia para consulta sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, HISTORIOGRAFIA, ILHA DA TRINDADE

ABSTRACT

In the line of studies about Political History, the present work has the purpose to present elements about an historiographical revision about the *Question of the Trinity Island* (1895-1896), in a double aspect, in *History of Brazil* and in *History of the International Relations of Brazil*. It focuses theoretical historiographic aspects about the matter, proceeding to a panoramic view on the files and respective essential sources to a historiographical analysis, as well as refers aspects little exploited or left to second degree by the classical historiography. In complement, it will be presented explanatory notes and a Bibliography for consultation about the specific subject.

KEY WORDS: HISTORY OF THE OUTER RELATIONS, HISTORIOGRAPHY, TRINDADE ISLAND, OFFSHORE BRAZIL

¹ WAPPAEUS, J. E. *A geografia física do Brasil refundida* (ed. condensada). Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1884. p. 34-35. In: ALVES, Ruy José Valka. *Ilha da Trindade e Arquipélago de Martin Vaz: um ensaio geobotânico*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. p. 21.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O meu contato com a Ilha da Trindade decorreu a partir de fontes tradicionais em minha pesquisa sobre História das Fortificações do Brasil – Fausto de Souza², Carlos Garrido³ e Aníbal Barretto⁴: o primeiro e o último, militares do Exército, e o segundo, assessor do Serviço de Documentação da Marinha. Embora a imensa maioria das fortificações brasileira seja terrestre e as fontes tradicionais para a sua pesquisa sejam militares, ao longo da história do Brasil, a maioria dessas estruturas liga-se à História Naval, quer na defesa de ancoradouros (marítimos ou fluviais), quer na defesa de estreitos e mesmo de ilhas⁵. Nesta última categoria, o caso da Trindade revestia-se de singularidade, pela contradição de informações que envolviam, historiograficamente, a sua defesa, no período entre os séculos XVII e o XIX, nos trabalhos dos autores citados.

Ao longo dos anos dessa pesquisa, diversas indagações se colocaram acerca da geopolítica do Atlântico Sul – onde a Trindade se constitui em um multissecular ponto de apoio⁶ –, cada resposta conduzindo a nova pergunta, cada fonte conduzindo a outras. Em busca de respostas para essa questão maior, que até o século XIX envolve a defesa da costa brasileira, do Sul do Rio de

Janeiro até ao Rio da Prata, e, na segunda metade do século XX, a projeção brasileira no continente Antártico, era essencial apreender a história da Ilha da Trindade.

Para compreendê-la, a seu turno, era necessário coligir e analisar, mais profunda e criticamente, a massa documental produzida e divulgada pela chamada *Questão da Ilha da Trindade* (conjuntura), no campo das Relações Internacionais (estrutura), e a diplomacia brasileira à época da República Velha (conjuntura), dentro do cenário das Relações Internacionais pós-1870 (estrutura).

Fui, assim, atraído para o aprofundamento da temática, a fim de buscar ferramentas para uma leitura, reformulação e reinterpretação da Questão da Trindade em História das Relações Internacionais do Brasil, o que concluí em monografia de pós-graduação em nível de mestrado, dentro da linha de Política e Relações Internacionais, junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2005. Esta pesquisa e seu desenvolvimento permitem dispor atualmente de massa documental e de informações suficientes para apresentar um histórico abrangente e revisado não apenas da Questão em si, mas também sobre a ocupação e disputa pela Ilha da Trindade, iluminando pontos até então obscuros ou mesmo subestimados por uma historiografia clássica.

² SOUZA, Augusto Fausto de (1835-1890). Fortificações no Brasil. *RHGB*, Rio de Janeiro, t. 68, parte II, p. 5-140, 1885. Oficial do Exército Brasileiro (coronel), foi presidente da Província de Santa Catarina (20 maio de 1888 a 7 de junho de 1889).

³ GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940. Nascido na Bahia, graduado em Museologia, jornalista, foi professor de História Militar da Aeronáutica, assessor do Serviço de Documentação da Marinha, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Cf. BARROS, Luiz Nogueira. Discurso de posse na Cadeira 12 da Academia Alagoana de Letras, em 2 de setembro de 1999. (disponibilizado em: <http://www.luiznogueira.com.br/expediente/discursosseal.htm>. Consultado em 3 mar.2006)

⁴ BARRETTO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958. Foi oficial do Exército Brasileiro (coronel).

⁵ Para um resumo de história das fortificações do Brasil, cf. CRUZ, Carlos Luis M C da. *Fortalezas do Brasil*. Disponibilizado em: <http://www.fortalezasdobrasil.pro.br> (Consultado em 2 de março de 2006)

⁶ Como percebido pelo General Golbery, ao considerar, na década de 1950, a consciência de uma comunidade luso-brasileira se estendendo "(...) desde o Rio Grande a Natal e o Amapá e pelos Açores e o Portugal peninsular até à Guiné e Angola, sobre o Atlântico centro-meridional onde a Trindade, ao sul, marca relevante ponto de apoio entre o Rio e Luanda (...)". SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. p. 70.

A OPÇÃO PELA QUESTÃO DA ILHA DA TRINDADE (1895-1896)

“A dinâmica das relações internacionais, determinando o surgimento de novos atores e a abertura de discussão de novas questões internacionais, representa contínuo desafio à capacidade analítica das teorias estabelecidas.”⁷

A denominada *Questão da Ilha da Trindade* (1895-1896), embora se trate de um tema relativamente bem explorado, quer em história do Brasil, quer em história das relações internacionais do Brasil, foi priorizada para fins de minha pesquisa devido ao seu bem delimitado recorte espaço-temporal.

Essa escolha atendia, complementarmente, a possibilidade de aprofundar estudos numa complexa rede de interesses abrangendo história política, história militar (particularmente naval), história cultural (particularmente da ciência), história de Portugal (particularmente da Expansão Marítima), história do Brasil (particularmente os séculos XVI a XIX), e, principalmente, a geopolítica do Atlântico Sul a partir do século XVII, quando a Grã-Bretanha desponta como potência naval. Numa perspectiva interdisciplinar, eram requeridas ainda leituras em Teoria e Filosofia da História, Historiografia, Direito Internacional Público, Cartografia e Ciências Naturais (Geologia, Botânica), apenas para referir alguns exemplos.

Desde o início era clara a riqueza das interações que o tema possibilitava, a par dos riscos de extravio em seus meandros, colocando em xeque o enquadramento do objeto da pesquisa. Com consciência de ambos, admitiram-se a Ilha da Trindade, ponto delimitado no espaço, e a *Questão de 1894-1895*, ponto delimitado no tempo, como coordenadas espaço-temporais, a partir das quais se desenvolveu uma linha de tempo, partindo

de questões do presente para o passado, como considerado por Bloch:

“Seria, com efeito, erro grave julgar que a ordem adoptada pelos historiadores nas suas investigações tenha necessariamente de modelar-se pela dos acontecimentos. Tiraram frequentemente proveito sob a condição de restituírem depois à história o seu movimento verdadeiro, de começarem a lê-la, (...), ‘às avessas’. Porque o caminho natural de qualquer investigação se faz do mais bem ou do menos mal conhecido para o mais obscuro.”⁸

Do presente para o passado, do conhecido para o desconhecido, de indagação em nova indagação, de maneira dialética, a pesquisa sobre a *Questão da Trindade* permitiu abordar aspectos concernentes à formação e evolução de uma política mundial de poder, assim como propiciou aberturas para estudos complementares sobre tópicos inerentes às linhas de história política e social (relações entre Estado, política e sociedade) e de história cultural.

Procurando-se combinar uma perspectiva histórica com os eventos mais relevantes, correspondentes a inflexões no comportamento externo do País, conseguiu-se abranger desde a predominância européia no campo da política exterior brasileira, especialmente a da Grã-Bretanha durante o século XIX até ao início do XX, da predominância norte-americana, que desponta com a chamada “Era Rio Branco”, afirmando um gradual “americanismo”, que se aprofunda até à década de 1950, e daí alcançando as especificidades das relações internacionais contemporâneas, ao sabor dos diferentes cenários que vivemos. Essa visão de conjunto permitiu um melhor enquadramento da *Questão da Trindade* à época, e, principalmen-

⁷ GONÇALVES, Williams da Silva. *Relações Internacionais* (texto policopiado). s.l. [Rio de Janeiro]: s.e., s.d. [2002]. p. 6.

⁸ BLOCH, Marc. *Introdução à História* (2ª ed.). Tradução: Maria Manuel Gomes e Rui Grácio. s.l. [Portugal]: Publicações Europa-América, 1974. p. 44.

te, o de seus desenvolvimentos posteriores até aos nossos dias, com peso estratégico como a Questão Antártica e a Questão das Malvinas/Falkland.

Nas últimas quatro décadas, a história das relações internacionais tem apresentado uma renovação em seu objeto de estudo, motivada pela profunda transformação que a história política também conheceu. Anteriormente identificada com uma visão linear e evolutiva dos fenômenos históricos, por meio de uma seqüência de fatos cronológicos sem nenhuma relação com os elementos que compõem a estrutura social, transformou-se no principal alvo das críticas dirigidas pelos fundadores dos *Annales* e pelos marxistas à prática tradicional dos historiadores. Sobre novas bases e novos objetivos, como diz Julliard, a nova história política resulta da tomada de consciência da importância da autonomia do campo político, o que não deve ser vista como um simples reflexo da ação de forças supostamente determinantes. Ao contrário, deve ser encarada a partir das relações com o econômico, o cultural e o social⁹.

Atualmente, a historiografia, pautada nos trabalhos de Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Milza¹⁰, entre outros aspectos, aponta para uma renovação nos estudos da história das relações internacionais, ao identificar que não há uma esfera exclusiva da política externa, distinta das outras categorias do político. Deve-se considerar a política interna dos Estados como uma das principais chaves explicativas do jogo internacional. Se a política interna, no sentido amplo do conceito, pode ser vista como um dos eixos centrais das relações internacio-

nais, ampliam-se também os campos de investigação e as problemáticas de estudo¹¹.

Em face da perspectiva da análise das ligações entre a política interna dos Estados e as relações que estes mantêm com as outras unidades políticas, que estruturam o sistema internacional, abandonaram-se as limitadas premissas que moldavam a chamada história diplomática (não obstante o valioso acervo deixado por esse ramo de estudo – em que, no caso do Brasil, vale lembrar Pandiá Calógeras, Teixeira Soares, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, entre outros), ou seja, a concepção segundo a qual a verdade dos fatos estava inscrita nos documentos diplomáticos, aceitando-se que, para se escrever a História, bastava dispor de uma vasta documentação em ordem cronológica. Uma nova proposta surgiu, mediante a problematização do passado, segundo o interesse do historiador. Segundo essa nova atitude, a elaboração de hipóteses de trabalho, e, principalmente, o manejo de conceitos abstratos para cimentar as hipóteses constituem passos iniciais e imprescindíveis na pesquisa.

A mudança na postura teórica fez-se acompanhar também de modificações no foco principal da pesquisa. A anterior exclusividade dedicada às ações oficiais do Estado foi abandonada em favor de focos múltiplos. Convencida de que o conjunto de decisões político-diplomáticas das chancelarias formava apenas um aspecto da realidade, a história das relações internacionais, sem deixar de priorizar o ator Estado, vai dirigir o seu olhar inquiridor para as relações econômico-financeiras-comerciais, para as relações intersociais, para as organizações

⁹ J. Julliard. La politique. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). *Faire de l'histoire: nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974. p. 229-247. Citação à p. 231. Em português, cf.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). *História: novas abordagens*. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. 200p. Cf. ainda: REMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

¹⁰ Para exemplo de algumas obras desses autores, cf. Bibliografia.

¹¹ Para os trabalhos dos historiadores citados, cf. RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tudo o império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000; MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: REMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 365-399. Citação à p. 366.

governamentais e não-governamentais, para o jogo das influências socioculturais, entre tantos outros aspectos conformadores da complexa teia do jogo político internacional. Essa mudança faz-se sentir também na moderna produção em história das relações internacionais do Brasil. No caso específico desta pesquisa, foi dado especial destaque às relações econômico-financeiras-comerciais, ao inserir-se a *Questão da Trindade* em um espectro mais amplo da política imperialista britânica no período.

Embora o seu relatório final possa ser enquadrado no que contemporaneamente se poderia classificar como uma “história em migalhas”, na expressão cunhada por Dosse¹², uma “micro-história”, como difundido por Ginzburg¹³, uma história temática¹⁴ ou mesmo uma história regional, pela circunscrição do recorte espaço-temporal (Brasil, último quartel do século XIX), não houve preocupação em rotular, “a priori”, nem o viés da pesquisa e nem o do seu relatório final, partilhando a visão de Fontana de que:

“Um dos grandes desafios que temos como historiadores é o voltar a metermo-nos com problemas do nosso tempo, como fizeram no passado aqueles nossos antecessores que ajudaram [a] melhorar as coisas com seu trabalho. (...) nem os métodos nem a teoria são o objetivo final do nosso trabalho, são apenas ferramentas para tratar de entender melhor o mundo em que vivemos e ajudar os outros a entendê-lo, a fim de contribuir para melhorá-lo, o que faz falta.”¹⁵

Assim, partindo da análise qualitativa das fontes e da crítica histórica, foi possível apreender o fundamental e o efêmero da *Questão da Trindade*, ampliando a compreensão sobre este episódio, e redimensionando a importância desta Ilha sob vários aspectos, de sua manutenção, defesa e preservação ambiental.

A QUESTÃO DA ILHA DA TRINDADE

“Um dos mais sérios problemas diplomáticos da Primeira República foi o contencioso com a Grã-Bretanha em torno da questão da ilha de Trindade. Descoberta em 1501 por João da Nova, a ilha de Trindade – ao largo do Espírito Santo – foi doada por D. João III a Belchior Camacho e ocupada três vezes pelos ingleses no século XVIII. Em 1782 foi desocupada e devolvida a Portugal por ordem do Almirantado britânico. Em 1825, no tratado que confirmou a Independência, foi transferida para o Brasil.”¹⁶

A pequena Ilha da Trindade e seu vizinho, o Arquipélago de Martin Vaz, no Atlântico Sul, altura do paralelo da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, são praticamente desconhecidos do grande público. Poucos têm conhecimento de que essa ilha está ocupada permanentemente, desde o final da década de 1950, por uma guarnição da Marinha do Brasil, que ali realiza pesquisas oceanográficas e observações maregráficas e meteorológicas. Menos pessoas ainda têm ciência dos eventos que constituem a história desse território insular brasileiro e que o associam à História das Relações Internaci-

¹² DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução: Dulce Oliveira Amarante dos Santos. São Paulo: Edusc, 2003. 394p.

¹³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 310p.

¹⁴ Compreendida como a que se estrutura em torno de grandes eixos (temas), aprofundando determinadas questões em detrimento de outras, normalmente presentes numa narrativa linear ou em seqüência cronológica.

¹⁵ FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Tradução: Antônio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 1998. pp. 37-38.

¹⁶ *De Tordesilhas ao Mercosul: uma exposição da História Diplomática brasileira*. [Rio de Janeiro]: [Ministério das Relações Exteriores], s.d. p. 22-23.

Navegador 4 – Para uma historlografia sobre a Questão da Ilha da Trindade (1895-1896)

onais, envolvendo como atores¹⁷ principais os governos do Brasil, da Grã-Bretanha, de Portugal e a opinião pública brasileira, num duplo cenário: por um lado, a conjuntura da jovem república brasileira, que se afirmava, e por outro, a estrutura da expansão imperialista das potências industrializadas, na segunda metade do século XIX¹⁸.

Embora desde o final do século XVI, tenham ocorrido diversos incidentes envolvendo a posse (e a identidade) desta ilha, eles agravaram-se durante o século XVII, ao sabor dos interesses econômicos e das relações internacionais européias à época, até que, em 1895¹⁹, ela foi incidentalmente anexada à Grã-Bretanha, com violação de direitos históricos da soberania brasileira, herdados de Portugal por ocasião da Independência, em 1822. A esse evento denominou-se historiograficamente Questão da Ilha da Trindade, ou simplesmente Questão da Trindade, constituindo-se em um teste da capacidade da jovem

República e de sua diplomacia na manutenção das fronteiras herdadas do Império.

Ao tomar conhecimento do fato consumado, com seis meses de atraso, o Estado brasileiro formalizou imediatamente o seu protesto e, através de seu corpo diplomático, procedeu à demonstração da validade de seus títulos, à luz do Direito Internacional.

Por não dispor materialmente desses títulos no momento da eclosão da *Questão*, a chancelaria do Brasil recorreu aos “lugares de memória”²⁰ na Capital Federal – os Ministérios (da Indústria, da Viação e Obras, da Guerra, da Marinha, da Fazenda, da Justiça), o Arquivo Público (hoje Arquivo Nacional) e a Biblioteca Nacional, bem como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²¹ – e em Portugal, através da sua legação em Lisboa, para obter documentos históricos que demonstrassem a posse portuguesa e, após a Independência em 1822, a brasileira²². Pretendia demonstrar, juridicamente, uma con-

¹⁷ Para um conceito de atores em Relações Internacionais cf. REYNOLDS, Phillip A.. *Introducción al estudio de las relaciones internacionales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1977. p. 23-44.

¹⁸ Para uma compreensão dos conceitos de conjuntura e de estrutura cf. a coleção de RENOUVIN, Pierre (org.). *Histoire des Relations Internationales* (8 v.). Cf. também: RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História...*

¹⁹ O mês de janeiro de 1895 é a periodização historiograficamente aceita, quer em História do Brasil, quer em História das Relações Internacionais do Brasil. Ao longo desta pesquisa surgiram evidências de que a ocupação britânica pode datar de dezembro de 1894.

²⁰ Este conceito de Nora é aqui entendido no sentido de que os *lugares de memória* são, antes de tudo, restos. E exemplifica: *Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era,... [eles] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atos, porque essas operações não são naturais*. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 12-13. Cf. também: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de mémoire (Bibliothèque illustrée des histoires, 3t.)*. Paris: Gallimard, t. 1 *La République* (1 v., 1984), t. 2 *La Nation* (3 v., 1987), t. 3 *Les France* (3 v., 1992). Acerca da preservação da *memória nacional* e da função de recordar, cf. ainda: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O “Tribunal da Posteridade”. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999. p. 35.

²¹ Para uma análise mais aprofundada acerca do papel do IHGB, cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

²² A solicitação de busca de documentos para fundamentação da defesa brasileira foi feita imediatamente, a 19 de julho de 1895. ARRAES, Virgílio Caixeta. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, nº 1, p. 5-29, jun. 2000. p. 10. É fato que a definição das fronteiras era assunto prioritário para a diplomacia da jovem República brasileira. A esse respeito o Chanceler Carlos de Carvalho relata: *...Para completar a coleção de documentos relativos aos limites da República, incumbi a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público de tirar cópia dos que possuísem. Idêntico serviço prestará o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Coecionamento de Documentos. In: Brasil. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1896. p. 22-23 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004).

tinuidade histórica da posse luso-brasileira, diante dos argumentos britânicos de soberania, pleiteados desde Edmond Halley (1700), e de desapropriação da ilha por utilidade internacional, para a ancoragem de um cabo telegráfico submarino. Além das instituições já citadas, contribuíram ainda, embora com menos divulgação, o Arquivo Público da Bahia e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia²³.

Com o auxílio da mediação da diplomacia portuguesa, a soberania brasileira sobre a ilha foi reconhecida (agosto de 1896)²⁴, o marco de posse britânico retirado (agosto-setembro de 1896)²⁵ e instalado um marco de posse brasileiro (janeiro de 1897)²⁶.

À época, o episódio mobilizou a opinião pública nas grandes capitais, de norte a sul do

País, graças à cobertura da imprensa que explorava um ou outro aspecto das negociações, exacerbando os sentimentos nacionalistas da população. Como exemplo, ao ser informada da ocupação da ilha por forças britânicas, a população carioca reagiu, atacando o Café de Londres, conceituada casa comercial estabelecida à Rua do Ouvidor, ocorrência semelhante se registrando em São Paulo, com a Victória Store²⁷. O assunto revestia-se de particular cuidado uma vez que o governo brasileiro convivia com situações políticas delicadas, quer no plano interno, quer no plano externo: a invasão francesa do Amapá, a negociação de importante empréstimo junto a bancos ingleses, o questionamento da imprensa (nacional e internacional) pelo fuzilamento, em Florianópolis, de cidadãos franceses na repressão à Revolta da Armada²⁸, e os maus-tratos,

²³ Amaral Lapa, referindo-se aos Institutos Históricos, ratifica uma visão de *lugares de memória*, afirmando: ... o papel dessas instituições foi o da preservação da memória nacional, com o recheio dos seus arquivos e a publicação de suas revistas, cumprindo, aliás, seus principais objetivos, como bem demonstrou J. H. Rodrigues [José Honório Rodrigues. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2ª ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969]. Apud: LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a História em questão*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 217. A respeito do IHGB e dos Institutos cf. também: LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo, 1974. p. 134-136.

²⁴ Documento nº 1. In: Anexo nº 1 – Documentos / Ilha da Trindade – Reconhecimento da soberania do Brasil. p. 3. BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1897 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004). Cf. também: *Diário do Congresso*, transcrição da Sessão da Câmara dos Deputados de 5 ago. 1896. In: Manoel Francisco Corrêa. *Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil*. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896. Cf. ainda: Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 158-159. José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493* (ed. fac-sim.). Brasília: Senado Federal, 1997. p. 234. 2v.

²⁵ Documento nº 4. In: Anexo nº 1 – Documentos / Ilha da Trindade – Reconhecimento da soberania do Brasil. p. 5-6. BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1897 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004). Cf. também: José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil*... p. 234. 2v.

²⁶ Documento nº 7. In: Anexo nº 1 – Documentos / Ilha da Trindade – Reconhecimento da soberania do Brasil. p. 8-9. BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1897 (digitalizado e disponibilizado em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004). Cf., também: Manoel Francisco Corrêa. *Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil*. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 60, parte II, p. 165-169, 1897. Para o testemunho dessa comissão cf. Simbad [Segundo-Tenente MB Augusto Carlos de Souza e Silva]. *A Ilha da Trindade – a posse oficial*. RIHGB, Salvador, v. 4, nº 11, p. 19-37, mar. 1897. Cf. ainda: José Manoel Cardoso de Oliveira. *Actos diplomáticos do Brasil*... p. 234. 2v.

²⁷ *The Rio News*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895. p. 6 e 5 respectivamente a cada evento.

²⁸ Foram três engenheiros metalúrgicos franceses (Edmond Buette, Charles Müller e Etienne) que procediam a reparos nos navios revoltados da Armada, docados na cidade do Desterro, quando esta foi retomada pelas tropas legalistas sob o comando do Coronel Antônio Moreira César, em abril de 1894. LIMA, Jeferson. Um nome escrito a sangue. In: *A Notícia*. 28 jun. 2002. (disponibilizado em: <http://www.an.com.br/ancapital/2002/jul/28/1ult.htm>. Consultado em 1 mar. 2006.)

nas fazendas de café paulistas, a imigração italiana²⁹.

A NECESSIDADE DE UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA E OUTRAS FERRAMENTAS

“(...) a recuperação do significado histórico de qualquer texto dado é uma condição necessária entendê-lo, e este processo nunca pode ser alcançado simplesmente por estudar o texto em si mesmo.”³⁰

Ao longo da pesquisa preliminar evidenciou-se que, para o encaminhamento, ao nível de Direito Internacional, de uma solução para a *Questão da Trindade*, os seus atores, à época (último quartel do século XIX), recorreram às diversas narrativas produzidas historicamente, em busca de fontes (escritas, cartográficas, iconográficas) que justificassem os respectivos pleitos. Tornou-se, assim, imperativa uma revisão historiográfica não só das narrativas até então utilizadas, como ainda das que foram produzidas. Essa análise, ao permitir compreender criticamente “por quem”, “quando”, “como” e “por quê” foram construídas e, posteriormente empregadas pelos diversos atores, revelou duas vertentes de trabalho: a das narrativas que se inscrevem na produção historiográfica em História do Brasil, e as que, mais modernamente, pertencem a uma produção historiográfica em História das Relações Internacionais do Brasil.

Ainda considerando que parte expressiva das análises acerca da *Questão da Trindade* o foi anteriormente à formulação do conceito acadêmico de Relações Internacionais, na Inglaterra³¹ e nos Estados Unidos³², após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)³³, foram essenciais à pesquisa o manejo dos conceitos básicos de macro e microrrelações internacionais, política externa, interesse nacional, objetivos nacionais permanentes e outros³⁴. Essas ferramentas demonstraram-se importantes para a compreensão da moderna literatura e paradigmas sobre o tema, principalmente porque as análises brasileiras contemporâneas acompanham a tendência, pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na qual os estudos acadêmicos procuram desenvolver considerações sobre o que realmente os povos desejavam, as razões pelas quais estavam organizados em determinados tipos de grupos e as razões do comportamento desses grupos³⁵. É dentro dessa ótica que a *Questão da Trindade* voltou a ser coberta, em nossos dias, pela História das Relações Internacionais do Brasil.

A revisão crítica da historiografia sobre a *Questão* possibilitou desenvolver ferramentas que permitem reinterpretar esse incidente diplomático à luz do seu duplo enfoque, conjuntural – dentro da História das Relações Internacionais do Brasil, da proclamação da República ao início da Era Rio Branco, como vem sendo feito contemporaneamente – e estrutural – dentro de um quadro mais amplo, o cenário das relações internacionais domina-

³⁰ “(...) the recovery of the historical meaning of any given text is a necessary condition of understanding it, and this process can never be achieved simply by studying the text itself.”

³¹ No *Royal Institute of Foreign Affairs / Cátedra Woodrow Wilson* de Relações Internacionais, da Universidade de Gales (1919).

³² No Council of Foreign Relations.

³³ Os estudos anteriores, distribuídos entre os ramos do Direito Internacional e da História Diplomática, não explicavam as razões do conflito mundial. A partir do surgimento da disciplina de História das Relações Internacionais, os estudos acadêmicos passaram a pautar-se por consideração sobre a melhor maneira de fazer o que (se supunha) as nações do mundo desejavam, particularmente após a criação da Liga das Nações (1920).

³⁴ REYNOLDS, P. A. *Introducción al estudio...*

³⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999.

de pela disputa entre as potências imperialistas européias, em particular a partir da constituição do Império germânico em 1870, até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) –, o que não havia sido tentado verdadeiramente até o presente, de acordo com o levantamento bibliográfico efetuado.

AS FONTES, OS ARQUIVOS E OS NOVOS TÓPICOS SOBRE A QUESTÃO

“O amor pelos documentos locais e pelos monumentos do passado por parte de um cidadão bem formado pode obviar calamidades contra a cultura.”³⁶

A massa de documentos e informações compulsadas e dadas a público à época da *Questão da Trindade* não só pela imprensa, mas pelas revistas dos institutos acima citados e mesmo pelos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores para o ano de 1895 e, em especial, para o de 1896, transformou-se na base de diversos trabalhos de cunho histórico, na ocasião e nas décadas seguintes. A riqueza da massa documental levantada nos diversos arquivos foi de tal ordem que justificou a publicação de quase uma centena de fontes, no *Diário Oficial da União*, ainda em 1904, revista e ampliada *a posteriori*, pelo

Arquivo Nacional, em 1932³⁷. Com o tempo, o tema permaneceu como uma referência pontual sobre as questões de limites na historiografia de História do Brasil, eclipsada pela atuação do Barão do Rio Branco à frente da chancelaria brasileira (1902-1912)³⁸, sendo resgatado, a partir da década de 1990, pela historiografia em História das Relações Internacionais do Brasil³⁹.

Embora se constituísse em tema historiograficamente pouco estudado até à mobilização popular por ocasião da divulgação do incidente (julho de 1895), daquele momento até 1897, foi identificada quase uma dezena de trabalhos publicados sobre a Ilha da Trindade. O levantamento bibliográfico e de fontes constatou que desse número, ainda que parte expressiva tenha se ocupado da *Questão* à época (conjuntura), somente dois autores – Manoel Francisco Corrêa⁴⁰ e Collatino Marques de Souza⁴¹ – levantaram aspectos pertinentes ao quadro internacional, no qual a mesma se inseria (estrutura). Tais aspectos, no entanto, não tiveram peso ou aprofundamento em estudos posteriores em História do Brasil, o que só ocorreu em nossos dias, fundamentado em outras fontes. Apesar de vários trabalhos oferecerem uma consolidação das informações disponíveis em cada época de produção em História do Brasil,

³⁶ LACOMBE, Américo Jacobina. Introdução ao estudo da História do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 6.

³⁷ PEIXOTO, Eduardo Marques. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante). Eduardo Marques Peixoto. *Ilha da Trindade: memória...*

³⁸ Para uma biografia do Barão do Rio Branco cf. LINS, Álvaro. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996. 516p.

³⁹ Cf., por exemplo, os trabalhos de LYRA, Heitor. *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992. p. 25-26 e de BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: UNESP; Brasília: IPRI, 1998. p. 332-340, representantes de duas fases historiográficas distintas em História das Relações Internacionais do Brasil.

⁴⁰ CORRÊA, Manoel Francisco. Ocupação da Ilha da Trindade... *RIHGB...* p. 5-28. Nascido no Paraná, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1854), tornando-se Presidente da Província de Pernambuco (1862). Eleito deputado por duas vezes, ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros no Ministério do visconde do Rio Branco. Nomeado Senador (1873), ocupou o cargo de membro do Conselho do Estado (1887). Foi o primeiro Presidente do Tribunal de Contas da União. Revista do TCU n. 24, Ano XI. apud: NUNES FILHO, Paulo de Souza. *A História do Tribunal de Contas da União: Desafios para o Próximo Milênio*. (disponível em: <http://www.lognet.com.br/psn/tcu.html>. Consultado em: 2/mar/2006).

⁴¹ SOUZA, Collatino Marques de. In: A Ilha da Trindade e os rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*, Salvador v. 3 n.º 8, p. 185-198, jun. 1896. Oficial da Marinha do Brasil, escreveu ativamente sobre temas navais.

Navegador 4 – Para uma historlografia sobre a Questão da Ilha da Trindade (1895-1896)

nenhum deles o fez enquadrando ou inscrevendo os acontecimentos nas respectivas conjunturas mundiais, quer do século XVIII, quer do XIX, atendo-se a narrativas factuais.

Apenas na década de 1990, com a renovação dos estudos em História das Relações Internacionais do Brasil⁴², é que se procedeu a um enquadramento da conjuntura da *Questão* no cenário político-diplomático da República Velha (1889-1930), embora a mantendo centrada numa conjuntura essencialmente brasileira (local), deixando de inscrevê-la numa conjuntura internacional maior, como, por exemplo, a expansão neocolonial britânica na África e na Ásia, entre o final do século XIX e o início do século XX, dentro do conceito que o historiador Adam Watson denominou de sociedade internacional europeia⁴³. Este viés, privilegiando a análise da *Questão per se*, em bases críticas, deixou outros pontos intocados, tais como: as ocupações precedentes, em termos de conjunturas de Relações Internacionais, nos séculos XVII, XVIII, e mesmo XIX; as diversas expedições de caça ao tesouro a partir da segunda metade do século XIX; os interesses norte-americano e germânico sobre a ilha no mesmo período; a utilização militar da ilha nas duas guerras mundiais; os trabalhos de História Natural (geologia, botânica e outros) desenvolvidos pelo Museu Nacional a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a Questão Antártica, na qual o Brasil se inscreveu pró-ativamente para os trabalhos do Ano Geofísico Internacional de 1957-1958, com a implantação do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade, ali mantido até hoje pela Marinha do Brasil; e todo o posterior desenvolvimento das missões antárticas brasileiras, a partir da década de 1980.

A pesquisa buscou a maior abrangência possível de fontes documentais, bibliográficas e de periódicos (jornais e revistas), de

forma a identificar o máximo do que foi estudado e publicado sobre o tema, a *Questão da Ilha da Trindade (1895-1896)*.

Para uma análise abrangente da *Questão*, foram pesquisados diversos arquivos no Brasil, em Portugal e na Grã-Bretanha, sem que o assunto fosse esgotado.

Em Portugal, foi consultada a Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, sendo identificado algum material acerca das relações Portugal/Grã-Bretanha e Portugal/Brasil, mas não aproveitado diretamente nesta pesquisa. Mais frutífero foi o trabalho na Biblioteca Nacional portuguesa, cujo catálogo interligado a diversas outras bibliotecas nos propiciou localizar material esparsos sobre a Ilha da Trindade, por exemplo, na Universidade Católica Portuguesa (na área de literatura), mas mais especificamente no tocante às relações entre Portugal e a Grã-Bretanha no período estudado (final do século XIX), particularmente no tocante à Questão do Mapa Cor-de-Rosa, um contencioso entre ambas as nações no continente africano, com sérios reflexos na política portuguesa.

No Brasil, foram priorizados como fontes primárias, além do Arquivo Nacional, os documentos arquivados no Ministério das Relações Exteriores, quer nas pastas de documentos referentes ao desenvolvimento das negociações diplomáticas, quer nos Relatórios Ministeriais, apresentados anualmente. Essas fontes, no Arquivo Histórico do Itamaraty, já foram estudadas por Clodoaldo Bueno, que se debruçou ainda sobre os *Anais do Poder Legislativo* (Câmara dos Deputados e Senado Federal), para uma análise contemporânea das mesmas⁴⁴. Sem que fosse possível consultar aqueles documentos originais (nem os mapas utilizados durante a negociação), uma vez que a Biblioteca e a Mapoteca daquele instituto se encon-

⁴² Especificamente com Amado Cervo, Clodoaldo Bueno e, posteriormente, com Virgílio Arraes.

⁴³ WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London; New York: Routledge, 1992. p. 251-262.

⁴⁴ BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior...* p. 332-340.

travam temporariamente fechadas ao público naquele momento da pesquisa, esse obstáculo foi contornado recorrendo-se à publicação de época de documentos, tanto pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) quanto pela *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (RIGHB) e outras fontes bibliográficas, no que a Biblioteca e Mapoteca do IHGB foram de valor. Ainda nesta etapa da pesquisa, recorreu-se às mensagens presidenciais e aos relatórios do Ministério das Relações Exteriores para os anos de 1895 e de 1896, existentes na Divisão de Periódicos da Biblioteca Nacional, porém mais facilmente acessados através da internet⁴⁵. Complementarmente, utilizou-se a Biblioteca do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, onde foram acessados o *Diário Oficial da União*, os *Anais da Câmara dos Deputados* e do *Senado Federal*, bem como o valioso acervo de obras raras, praticamente desconhecido para os pesquisadores em História. Estas fontes permitiram reconstruir, com segurança documental, a historiografia tradicional da Ilha da Trindade até à *Questão*, inclusive o envolvimento do movimento positivista.

Com relação às fontes iconográficas, quer aquela na Mapoteca do Itamaraty⁴⁶, quer outras, no Arquivo Nacional, constituem-se essencialmente em mapas e plantas. Estas se prendem à ocupação da ilha por forças portuguesas em momentos distintos na segunda metade do século XVIII, tendo

sido utilizadas como evidências jurídicas pela diplomacia brasileira durante a condução da *Questão da Trindade*, mas que não tangem diretamente os objetivos da pesquisa.

As fontes bibliográficas para a história da *Questão da Trindade* inscrevem-se em momentos historiográficos distintos em História do Brasil. Para abordá-las, recorreu-se à biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi identificado vasto material publicado, quer na própria revista do Instituto, quer nas revistas dos congêneres, da Bahia e de São Paulo, como acima descrito. Adicionalmente, identificaram-se trabalhos monográficos sobre o tema, com questionamentos pertinentes, obscuros historiograficamente, mas relevantes por analisarem o viés geopolítico⁴⁷ e o jurídico da *Questão*⁴⁸.

Contrapondo-se a essas fontes oficiais, os periódicos da época estão disponíveis em microfilmes na Divisão de Periódicos da Biblioteca Nacional. Ocuparam-se do tema a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Commercio*, três dos mais importantes da então Capital Federal. Complementares às fontes estudadas por Clodoaldo Bueno, foram objeto de análise por Virgílio Arraes em sua dissertação de mestrado defendida em 1998⁴⁹.

Por essa razão, a pesquisa concentrou-se no periódico semanal da comunidade de língua inglesa da Capital, o *The Rio News*,

⁴⁵ Digitalizados e disponibilizados pelo Latin American Microfilm Project (LAMP), da Andrew W. Mellon Foundation, no Center for Research Libraries (CRL), em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004.

⁴⁶ "(804) [Vista perspectiva da Ilha da Trindade desenhada pelo Sargento-mor João de Abreu Pereira, em setembro de 1782] Petipé de 400 braças. 42 x 32 cm. Desenhada a Nanquim com toques de aquarela, em papel encorpado. Esteve anexa ao informe que João de Abreu Pereira enviou ao Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos e Souza, em 9/10/1782, remetido para Portugal com o Offício de 11 do mesmo mês e ano, daquele Vice-Rei a D. Martinho de Melo e Castro." Mapas e Planos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822) conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1960. p. 669.

⁴⁷ A Ilha da Trindade e os rochedos... RIGHB, ... p. 185-198.

⁴⁸ CUNHA, Ruy Vieira da. *A Ilha da Trindade e a desapropriação por utilidade internacional*. s.l.: Escola Técnica de Vitória, 1949.

⁴⁹ ARRAES, Virgílio Caixeta. *A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-1896)*. Brasília: UnB, 1998.

Navegador 4 – Para uma historiografia sobre a Questão da Ilha da Trindade (1895-1896)

fonte ainda não explorada para o tema, cuja análise trouxe os primeiros questionamentos à chamada história oficial. De suas páginas emerge um questionamento independente, revelador dos interesses capitalistas em torno da concessão do serviço de cabo telegráfico submarino entre a Europa e a América do Sul. Acessoriamente, permite entrever aspectos do dia-a-dia da *Questão* não só nos meios diplomáticos e parlamentares brasileiros e britânicos, mas principalmente junto à opinião pública e à imprensa, nacional e estrangeira. Adicionalmente, ao apresentar a ilha e a *Questão* como um tema “exótico” aos seus leitores, fornece valiosos indícios sobre aspectos e fontes relegados a segundo plano na historiografia oficial, como a narrativa sobre o suposto Tesouro da Ilha da Trindade (identificado com o lendário Tesouro de Lima), a suspeição de envolvimento de diplomatas, parlamentares e governos com interesses do capital privado, e, principalmente, a narrativa sobre o pseudo Principado da Trindade e seu autoproclamado soberano, o norte-americano “barão” Harden-Hickey.

Para uma análise crítica, essa massa de novas informações necessitou ser ampliada e criticada. Graças ao auxílio de pesquisadores estrangeiros sobre a história dos cabos submarinos, a pesquisa foi estendida aos arquivos do periódico norte-americano *The New York Times*⁵⁰, de cujas páginas emergem os dados sobre o pseudoprincipado da Trindade, e ao Porthcurno Telegraph Museum & Archive, na Grã-Bretanha, onde foram identificados documentos referentes às subsidiárias brasileiras da empresa de Sir John Penderton (atual grupo Cable & Wireless, que atende a área das Ilhas Malvinas/Falklands).

Ainda no aprofundamento dessa análise, foi de extrema valia o material disponível na Biblioteca e no Arquivo da Marinha. Esta ins-

tituição afeta ao Serviço de Documentação da Marinha, especializada nas áreas de História Naval e Cartografia, conta com um vasto acervo, ao qual recorreremos particularmente para o levantamento de publicações, artigos em periódicos, e principalmente, para a Seção de Obras Raras, onde se encontram depositadas muitas das fontes primárias utilizadas à época da *Questão*, principalmente roteiros de navegação do século XIX e anteriores, em língua portuguesa e outros idiomas. Desta instituição nos vieram não só os elementos para a análise da cartografia quinhenista sobre a ilha, mas importantes elementos sobre geopolítica (desde Mahan), o *Direito do Mar*, o *Ano Geofísico Internacional de 1957-1958*, a *Questão Antártica*, e todo um histórico da Ilha da Trindade (principalmente à época das guerras mundiais), através das páginas da *Revista Marítima Brasileira* e outras.

Acessoriamente, a Biblioteca do Centro Cultural do Banco do Brasil mostrou-se um rico depósito dos relatos dos viajantes, com destaque para uma reedição comentada do *Diário de Bordo da Expedição de La Pérouse*, não essencial à pesquisa sobre a *Questão*, mas importante para a história da Ilha da Trindade.

Para consulta às obras mais recentes em História das Relações Internacionais do Brasil recorreu-se às bibliotecas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), quer naquela voltada para a graduação (área de ciências humanas), como na da pós-graduação, mais atualizada e abrangente sobre o tema.

Além de diversas bibliotecas nacionais e internacionais possibilitarem contemporaneamente a consulta às suas bases de dados virtualmente, via internet, utilizou-se esse recurso para verificar o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵¹, iden-

⁵⁰ O arquivo histórico deste periódico norte-americano encontra-se disponível em: <http://www.nytimes.com>.

⁵¹ Este banco de dados pode ser acessado pela Internet através do Portal CAPES (disponível em: <http://periodicos.capes.gov.br>. Consultado em 24 nov. 2004).

tificando-se seis trabalhos à época versando sobre a Ilha da Trindade, um único apenas dentro da nossa área de concentração, o de Virgílio Arraes, anteriormente citado. Aprofundando-se essa linha de investigação, o Banco apresenta *link* para o Sistema de Currículos Lattes⁵², na qual é possível identificar outros trabalhos dos autores sobre o tema. Ainda do mesmo modo, recorreu-se ao *Relnet*⁵³, portal voltado para a informação e apoio à pesquisa, ensino e profissionalização das Relações Internacionais no Brasil.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, a pesquisa historiográfica permitiu corroborar que foi a *Questão da Trindade* quem abriu os meios (fontes) para o estudo histórico da ilha. O uso desses meios, no desenrolar da *Questão* à época, permitiu, dentro da historiografia em história do Brasil, sedimentar uma versão da história da ilha, que vem sendo repetida, em suas linhas gerais, sem maiores críticas ou questionamentos, até aos nossos dias. Através de uma análise crítica das fontes, reinterrogando-as, reconstrói-se com maior coerência essa narrativa, recuperando-se e reinterpretando-se dados originalmente não valorizados ou inadequadamente compreendidos.

Particularmente, os meios de comunicação (periódicos) foram instrumentos-chave que atenderam às necessidades conjunturais e estruturais dos atores, no cenário na-

cional e no internacional, transformando a *Questão da Trindade* em agente e sujeito desses mesmos meios. A pesquisa permitiu resgatar outros periódicos até hoje inéditos enquanto fontes para a construção de uma narrativa sobre a história da Ilha da Trindade, e que permitem clarear aspectos até então obscuros na narrativa tradicional.

De maneira complementar, a recente pesquisa, analisando a *Questão da Trindade* para além de um aspecto particular da política externa da nascente República brasileira, ao procurar identificar o interesse geoestratégico de que a Ilha da Trindade se revestiu para a Grã-Bretanha, no Atlântico Sul, eventualmente estabelecendo um paralelo com a questão das Ilhas Malvinas/Falkland no período anterior (dominado pelo chamado “concerto europeu” desde 1815)⁵⁴, demonstra que ela se insere numa estrutura mais ampla na História das Relações Internacionais, num quadro de expansionismo imperialista britânico no último quartel do século XIX, que disputava com as demais potências européias, e em particular com a Alemanha, a necessidade de dominar territórios-chave cada vez mais escassos.

Uma vez que as respostas obtidas às questões iniciais, dentro de um processo dialético, conduziram a novas questões, sem esgotar a pesquisa, diversas delas necessitarão ser desenvolvidas por futuros aprofundamentos, uma vez que o processo de elaboração do conhecimento não se esgota.

⁵² A *Plataforma Lattes* foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq para classificar e divulgar a produção brasileira em C&T (Ciência e Tecnologia), facilitando a consulta e o intercâmbio de informações entre pesquisadores, órgãos públicos e privados de financiamento e pesquisa, instituições universitárias, e outros. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Consultada em 26 nov. 2004).

⁵³ O portal é uma iniciativa do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (Disponível em: <http://www.relnet.com.br>. Consultado em 26 nov. 2004).

⁵⁴ WATSON, Adam. *The evolution of international...* p. 238-240.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999. 300p.
- ARRAES, Virgílio Caixeta. *A República e o Imperialismo: a posse pela Ilha da Trindade (1895-1896)*. Brasília: UnB, 1998.
- _____. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Brasília, a. 2, n° 1, p. 5-29, jun. 2000.
- BARRETTO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- BARROS, Luiz Nogueira. Discurso de posse na Cadeira 12 da Academia Alagoana de Letras, em 2 de setembro de 1999. (disponibilizado em: <http://www.luiznogueira.com.br/expediente/discurposseaal.htm>. Consultado em 3 mar.2006.)
- BLOCH, Marc. *Introdução à História (2ª. ed.)*. Tradução: Maria Manuel Gomes e Rui Grácio. s.l. [Portugal]: Publicações Europa-América, 1974.
- BRASIL. *Mensagem Presidencial – 1896* (digitalizada e disponibilizada pelo CRL – Center for Research Libraries em: <http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm>. Consultado em 10 nov. 2004).
- _____. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1896. (digitalizado e disponibilizado em: <http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004).
- _____. Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1897 (digitalizado e disponibilizado em: <http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Consultado em 10 nov. 2004).
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: UNESP; Brasília: IPRI, 1998.
- CORRÊA, Manoel Francisco. Ocupação da Ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 59, parte II, p. 5-28, 1896.
- _____. Restituição da Ilha da Trindade ao Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 60, parte II, p. 165-169, 1897.
- CRUZ, Carlos Luis M C da. *Fortalezas do Brasil*. (disponibilizado em: <http://www.fortalezasdobrasil.pro.br>. Consultado em 2 mar. 2006.)
- DE TORDESILHAS AO MERCOSUL: UMA EXPOSIÇÃO DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA. [Rio de Janeiro]: [Ministério das Relações Exteriores], s.d.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução: Dulce Oliveira Amarante dos Santos. São Paulo: Edusc, 2003. 394p.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo o império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Tradução: Antônio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 1998. 40p.
- GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido*

- pela Inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 310p.
- GONÇALVES, Williams da Silva. *Relações Internacionais (texto policopiado)*. s.l. [Rio de Janeiro]: s.e., s.d. [2002].
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul./set. 1995.
- _____. O "Tribunal da Posteridade". In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.
- JULLIARD, J.. La politique. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). *Faire de l'histoire: nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo, 1974. 210p.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a História em questão (2ª ed.)*. Petrópolis: Vozes, 1981. 256p.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). *História: novas abordagens*. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. 200p.
- LIMA, Jeferson. Um nome escrito a sangue. In: *A Notícia*. 28 jun. 2002. (Disponibilizado em: <http://www.an.com.br/ancapital/2002/jul/28/1ult.htm> . Consultado em 1 mar. 2006.)
- LINS, Álvaro. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco)*: Biografia pessoal e História política. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996. 516p.
- LYRA, Heitor. *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992.
- MAPAS E PLANOS RELATIVOS AO BRASIL COLONIAL (1500-1822) conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1960. 700p. Mapas.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NUNES FILHO, Paulo de Souza. A História do Tribunal de Contas da União: Desafios para o Próximo Milênio. (disponível em: <http://www.lognet.com.br/psn/tcu.html>. Consultado em: 2 mar. 2006).
- OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos diplomáticos do Brasil*: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 (ed. fac-sim.). Brasília: Senado Federal, 1997. 2v.
- PEIXOTO, Eduardo Marques. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante).
- _____. *Ilha da Trindade*: memória histórica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932.
- REMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- REYNOLDS, P. A. *Introducción al estudio de las relaciones internacionales*. Madrid: Ed. Tecnos, 1977. 278p.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio

Navegador 4 – Para uma historlografia sobre a Questão da Ilha da Trindade (1895-1896)

Editora, 1967. 268p. Mapas.

SIMBAD [Segundo-Tenente da Marinha do Brasil Augusto Carlos de Souza e Silva]. A Ilha da Trindade – a posse oficial. *RIGHB*, Salvador, v. 4, n° 11, p. 19-37, mar. 1897.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 68, parte II, p. 5-140, 1885.

SOUZA, Collatino Marques de. In: A Ilha da Trindade e os rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*, Salvador v 3 n° 8, p. 185-198, jun. 1896.

WAPPAEUS, J. E.. *A geografia physica do Brasil refundida* (ed. condensada). Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1884. p. 34-35. In: ALVES, Ruy José Valka. *Ilha da Trindade e Arquipélago de Martin Vaz: um ensaio geobotânico*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. p. 21.

WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London; New York: Routledge, 1992.

RA. [Rio de Janeiro]: [Ministério das Relações Exteriores], s.d.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução: Dulce Oliveira Amarante dos Santos. São Paulo: Edusc, 2003. 394p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo o império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Tradução: Antônio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 1998. 40p.

GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 310p.

GONÇALVES, Williams da Silva. *Relações Internacionais (texto policopiado)*. s.l. [Rio de Janeiro]: s.e., s.d. [2002].

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, n° 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

_____. O "Tribunal da Posteridade". In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.

JULLIARD, J.. La politique. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). *Faire de l'histoire: nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo, 1974. 210p.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a História em questão (2ª ed.)*. Petrópolis: Vozes, 1981. 256p.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). História: novas abordagens. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. 200p.

LIMA, Jeferson. Um nome escrito a sangue. In: *A Notícia*. 28 jun. 2002. (Disponibilizado em: <http://www.an.com.br/ancapital/2002/jul/28/1ult.htm> . Consultado em 1 mar. 2006.)

LINS, Álvaro. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco)*: Biografia pessoal e História política. São Paulo:

Editora Alfa Omega, 1996. 516p.

LYRA, Heitor. *A diplomacia brasileira na primeira República (1889-1930) e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992.

MAPAS E PLANOS RELATIVOS AO BRASIL COLONIAL (1500-1822) *conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1960. 700p. Mapas.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES FILHO, Paulo de Souza. A História do Tribunal de Contas da União: Desafios para o Próximo Milênio. (disponível em: <http://www.lognet.com.br/psn/tcu.html>. Consultado em: 2 mar. 2006).

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos diplomáticos do Brasil: Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493* (ed. fac-sim.). Brasília: Senado Federal, 1997. 2v.

PEIXOTO, Eduardo Marques. Ilha da Trindade: memória histórica completa. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1904 (em diante).

_____. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932.

REMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

REYNOLDS, P. A. *Introducción al estudio de las relaciones internacionales*. Madrid: Ed. Tecnos, 1977. 278p.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. 268p. Mapas.

SIMBAD [Segundo-Tenente da Marinha do Brasil Augusto Carlos de Souza e Silva]. A Ilha da Trindade – a posse oficial. *RIGHB*, Salvador, v. 4, nº 11, p. 19-37, mar. 1897.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. *RIGHB*, Rio de Janeiro, t. 68, parte II, p. 5-140, 1885.

SOUZA, Collatino Marques de. In: A Ilha da Trindade e os rochedos de Martim Vaz. *RIGHB*, Salvador v 3 nº 8, p. 185-198, jun. 1896.

WAPPAEUS, J. E.. *A geografia física do Brasil refundida* (ed. condensada). Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1884. p. 34-35. In: ALVES, Ruy José Valka. *Ilha da Trindade e Arquipélago de Martin Vaz: um ensaio geobotânico*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. p. 21.

WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London; New York: Routledge, 1992.